



JUNTA DE FREGUESIA DE CABEÇO DE VIDE

ATA Nº 01

Primeira reunião ordinária em 6 de novembro de 2025

Aos seis dias do mês de novembro de 2025, pelas dezanove horas e trinta minutos, na sede da Junta
de Freguesia sita na Avenida da Libertação, 45-D, em cabeço de Vide, compareceu a Senhora Maria
José Bizarro Gomes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Cabeço de Vide, eleita
conforme o estipulado no nº1 do artº23º do decreto—lei 100/84 de 29 de Março, José Filipe
Reigueira D'Oliveira e João Manuel Mourato Quintino, eleitos por escrutínio secreto para vogais da
Junta pela Assembleia de Freguesia em sessão realizada em um de Novembro de 2025
Abertura da Reunião – Verificando-se a presença dos membros do executivo, a presidente
declarou aberta a reunião
ORDEM DE TRABALHOS:
Ponto Um - Composição da Junta de Freguesia — Conforme o estipulado no nº 4 do artº 23º do
decreto-lei 100/84 de 29 de Março, a Srª. Presidente da Junta designou para Secretário o Sr. José
Filipe Reigueira D'Oliveira e o Sr. João Manuel Mourato Quintino para o cargo de Tesoureiro,
sendo que ficou a Junta de Freguesia com a referida composição
Ponto dois – Regime de permanência do presidente – De acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo
18º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na redação em vigor, compete ao presidente da Junta de
Freguesia decidir sobre o exercício de funções em regime de permanência a meio tempo. Nos
termos da lei ficou a presidente em regime de meio tempo
Ponto três -Plenos poderes ao Sr. Presidente – A Junta de Freguesia, deliberou por unanimidade,
conferir plenos poderes à Srª Presidente Maria José Bizarro Gomes, para receber quaisquer quantias
que sejam devidas a esta Junta de Freguesia, passar recibos, dar quitações, podendo por isso
outorgar e assinar todas as escrituras ou quaisquer documentos que respeitem a esta Junta de
Freguesia, bem como autos ou contratos que a mesma faça, passar procuração a advogados e
procuradores, dando-lhes todos os poderes necessários para a defesa dos interesses desta
autarquia

Ponto quatro – Contas Bancárias – As contas bancárias permanecem na Caixa de Crédito
Agrícola, Novo Banco e Caixa Geral de Depósitos. Os responsáveis pelas assinaturas passam a ser
os membros do atual executivo: Presidente Maria José Bizarro Gomes, Secretário José Filipe
Reigueira D'Oliveira, Tesoureiro João Manuel Mourato Quintino. A movimentação bancária obriga
a duas assinaturas
Ponto cinco – Substituto legal do presidente nas suas faltas ou impedimentos – De acordo com
a alínea b) do número 2 do artigo 18º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na redação em vigor,
compete ao presidente da junta de freguesia designar o substituto legal. Nesses termos designou o
secretário da Junta de Freguesia, José Filipe Reigueira D'Oliveira
Ponto seis – Distribuição das funções pelos membros da Freguesia – De acordo com o número
3 do artigo 18º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, o presidente atribuiu as
seguintes funções aos vogais da Freguesia:
Ao secretário são atribuídas as funções constantes das seguintes alíneas da Lei supracitada: a) A
elaboração das atas das reuniões da Junta de Freguesia, na falta do trabalhador nomeado para o
efeito; b) A certificação, mediante despacho do presidente da junta de freguesia, dos fatos que
constem dos arquivos da freguesia e, independentemente de despacho, o conteúdo das atas das
reuniões da Junta de Freguesia; d) A execução do expediente da Junta de Freguesia
Ao tesoureiro são atribuídas as funções constantes das seguintes alíneas da Lei supracitada: c) a
subscrição dos atestados que devem ser assinados pelo presidente da Junta de Freguesia; A
arrecadação de receitas, o pagamento das despesas autorizadas e a escrituração dos modelos
contabilísticos da receita e da despesa, com base nos respetivos documentos que são assinados pelo
presidente da Junta de Freguesia
Ponto sete - Valor que o presidente pode pagar sem ter que ser validado pelo membro que foi
nomeado para o efeito – Foi aprovado por unanimidade o valor de quinhentos euros
Ponto oito – Periodicidade das reuniões ordinárias da Junta de Freguesia – Foi deliberado por
unanimidade que as reuniões ordinárias da Freguesia teriam lugar uma vez por mês na sede da Junta
de Freguesia, em dia e hora conforme disponibilidade dos membros
Ponto nove -Pagamentos do Pessoal – Mais foi deliberado, por unanimidade, o dia 25 de cada mês
para pagamento de Vencimentos do Pessoal ao serviço desta autarquia, em caso de fim de semana,
o mesmo será efetuado no dia útil anterior, à exceção do mês de dezembro em que o dia é o dia 20.
Encerramento da Reunião – e por não haver mais nada a tratar, a Junta de Freguesia deliberou
aprovar por unanimidade a presente ata nos termos e para os efeitos consignados nos números 2 a 4
do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor., a qual vai ser assinada
pelos membros da Junta. Foi encerrada a reunião pelas 20:00 horas e 20 minutos

A Presidente	Manis José Bizann Eaus
O Secretário _	José Filipse Reigneine D'Oliveine
O Tesoureiro	Joe Houl Somato Gunturo



MOVIMENTO INDEPENDENTE PELO CONCELHO DE FRONTEIRA

Exma. Senhora Presidente, Inclusão de pontos na Ordem do Dia da próxima reunião ordinária.----1) Elaboração do Regimento Interno da Junta de Freguesia -----A inexistência de um Regimento Interno dificulta a uniformização de procedimentos e a previsibilidade no funcionamento da Junta de Freguesia. A elaboração deste documento permitirá estabelecer regras claras de organização, competências, funcionamento das reuniões e relacionamento entre os membros do executivo. O Regimento Interno constitui ainda um instrumento de transparência e responsabilização, contribuindo para uma gestão mais eficiente, coesa e participada. Criação de uma Academia Sénior na Junta de Freguesia de Cabeço de Vide ------Proponho a criação de uma da Academia Sénior representa uma oportunidade de valorização social e cultural da população sénior da freguesia. Este projeto promoverá o envelhecimento ativo, a partilha de conhecimentos intergeracionais, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida da população ------4) Transparência e atualização de informação:-----Solicito reforço de mecanismos que garantam que informação relevante e de interesse público seja atualizada no website da Junta de Freguesia com periodicidade máxima de 48 horas, fortalecendo os deveres de transparência (art.º 8.º CPA; Lei 26/2016).-----5) Auditoria externa e independente aos procedimentos administrativos.-----Proponho a realização de auditoria externa independente aos procedimentos administrativos e organizacionais dos últimos três mandatos autárquicos, com os seguintes objetivos:----- avaliar a eficiência dos processos da junta,-----• reforçar práticas de transparência e modernização administrativa,----- identificar oportunidades de melhoria, • promover padrões elevados de boa governação pública.-----Esta iniciativa assume caráter preventivo, construtivo e modernizador, constituindo instrumento técnico de apoio à gestão, sem qualquer conotação de suspeita ou desconfiança relativamente a executivos ou serviços anteriores ou atuais. Trata-se de medida alinhada com os princípios de boa administração pública, reforço da confiança dos cidadãos e boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas e pela administração pública moderna.----

Cabeço de Vide, o6 de Novembro de 2025

1º Secretário eleito pelo MICF

José Filipe Regueira D'Oliveira